



PSICOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA NO CONTEXTO DA TRAVESTI TRABALHADORA DO SEXO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Milena Tenório da Costa ¹
Thalita Carla de Lima Melo ²

RESUMO

Esta revisão de literatura busca discutir as vivências de travestis que atuam como profissionais do sexo na realidade brasileira, discorrendo sobre discriminação, estereótipos, feminilidade e questões de gênero e classe. Assim, através da relação do conjunto de obras examinadas, o texto analisa o papel da Saúde Pública e do Estado nessa questão, transpassando por seus profissionais, suas técnicas e preparos. Investigando também a conduta da Psicologia como uma ciência da saúde, verificando seu trabalho atual e propondo ideias para amparar este grupo minorizado, partindo do pressuposto de que a atual conjuntura política não está favorável para a área da saúde e para a produção científica.

Palavras-chave: Travesti, Prostituição, Psicologia, Saúde.

INTRODUÇÃO

O presente artigo questiona o que a psicologia faz quanto às travestis que trabalham com o mercado do sexo, analisando o que foi publicado sobre o tema, se houve publicação de mulheres transexuais e também sugerindo maneiras de como intervir nesse contexto. Essa necessidade surge de entender que gênero é uma construção social que põe às margens pessoas que não se encaixam nos padrões que foram impostas ao nascimento.

1 Graduanda do Curso Psicologia da Universidade Tiradentes - UNIT (AL), milenatdcosta@hotmail.com;

2 Graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, thalitalima@gmail.com;

Assim, é importante caracterizar nosso objeto de estudo: Luísa Marilac (2019, p. 18-19) explica que transgêneros são todos que não se identificavam com o gênero que lhes foi destinado ao nascer. E Jaqueline Jesus (2012, p. 9) explana que travesti é um termo usado para designar pessoas que desempenham na vida papéis do gênero feminino, mas não se reconhecem como homem ou mulher. Porém, a medicina, segundo Marilac (2019), insistiu em patologizar a transexualidade, ao afirmar que só é transexual quem fez a cirurgia de redesignação sexual.

Nesse contexto, não é só a medicina que possui certo preconceito para com pessoas transgêneros, mas a sociedade como um todo. Por isso, é comum que as travestis recorram à prostituição ou a indústria pornográfica como obtenção de renda, uma vez que são fetichizadas, como mostra o dado do Pornhub Insights (2017), que o Brasil é o segundo país que mais pesquisa sobre conteúdo trans na pornografia. Paralelamente a isso, a ONG europeia Transgender Europe (TGEu) traz que o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo.

Por isso, é importante que o psicólogo vá ao encontro de seu Código de Ética redigido pelo Conselho Federal de Psicologia (2005) e aja contra a discriminação e com responsabilidade social. Além de contribuir para área enquanto ciência, disseminando informações e se atualizando constantemente.

METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica teve início no primeiro semestre de 2019, pode ser definida como uma revisão narrativa, uma vez que se baseia em publicações sem delimitação de data e não fornece respostas quantitativas sobre a temática. Dessa forma, o trabalho foi dividido em duas etapas: pesquisa e escrita.

Na primeira etapa, foi coletado material fundamentador, que possibilitou um maior embasamento teórico, pesquisado em bancos de dados como Scielo, PePSIC, Biblioteca Digital brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico, além de livros teóricos e biográficos. As palavras-chave para busca de material foram “prostituição”, “psicologia”, “transexualidade”, incluí na pesquisa textos que apenas permeavam o tema, mas que ainda assim tinham a acrescentar. Não houve um critério de exclusão pré-definido, as publicações eram excluídas à medida que surgiam outras com mais a agregar.

Durante a escrita do artigo, a segunda etapa, procurei dar preferência à materiais mais recentes, observando o interesse da psicologia e outras áreas da saúde por essa população e esse contexto. Além disso, busquei por autoras transgênero e assim, legitimar o texto através de vivências e propriedades.

DESENVOLVIMENTO

Pequeno contexto sóciohistórico da prostituição

A prostituição sempre existiu na história, visto que na Roma Clássica algumas mulheres se colocavam expostas a venda na frente de casas de devassidão, e vem sendo apresentada de diversas maneiras a sociedade. Entre essas formas de apresentação, Bezerra (2009, p. 30), nos introduz aos mais comuns, a Prostituição nas Ruas - trottoir -, onde os clientes pagam motéis ou locais específicos para esses serviços, as Casas de Programas, onde são oferecidas massagens, e as Casas de Prostituição, local em que normalmente acontece a exploração sexual de pessoas que não têm como pagar ao dono da casa, o cafetão, o aluguel ou alguma dívida, cria-se uma espécie de abuso de poder sobre essas.

Assim, não podemos descartar aspectos que podem estar presentes no contexto do sexo pago, para além das práticas sexuais realizadas, os próprios riscos da profissão, como o contágio de DST's, o afeto que pode estar envolvido e a escolha do cliente. Sobre a última, observa-se que, de uma forma geral, a procura da profissional do sexo na sociedade é bastante motivada pela procura de um típico específico de mulher, como uma forma de realização de uma fantasia sexual, a de vivenciar a experiência do sexo pago (BORBULHAM; GUIMARÃES; BRUNS, 2012).

Outra questão abordada na prostituição é o estigma: quanto menor o valor pago pela troca sexual, mais a mulher se afasta da estereotipia ou de padrões sociais (BORBULHAM; GUIMARÃES; BRUNS, 2012). Dessa forma, para os mesmos autores, a prostituição pode ser conceituada como uma troca econômica e sexual, sem, no entanto, se restringir a isso, já que também envolve campos de gênero e submissão - se há a venda do prazer pela mulher, é porque há a compra dele pelo homem -, classe social, estereótipos, capitalismo.

Além disso, como pontua Bezerra (2009), a prostituta não escolhe o seu cliente, e isso pode envolver até uma bissexualidade compulsória, uma vez que ela não pode, teoricamente,

se negar a realizar a prática sexual com um cliente ou uma cliente, já que é uma relação comercial. A mesma autora ainda afirma, com base em sua pesquisa, que a maioria dos clientes é de homens, mas descreve o relato de uma profissional do sexo entrevistada: “trepei com a dona, porque o seu macho me pediu.” (BEZERRA, 2009, p. 23).

No Brasil do séc XIX, para preservar as “moças de família” ou futuras esposas, era comum que homens brancos iniciassem suas vidas sexual com escravas negras, e elas, não tinham outra opção senão obedecer suas ordens. Essa violência sexual é resultado de princípios morais e religiosos, em que o homem reprimia sua sexualidade com sua esposa, servindo somente para reprodução, enquanto tornava a escrava um objeto sexual (FREITAS, 2011, p.2-3).

Por isso, mesmo sendo um trabalho enraizado na sociedade brasileira, Bezerra (2009) afirma que há uma grande visualização do grupo de trabalhadoras do sexo como pertencentes a classes baixas, pessoas consideradas desonradas, criminais, pecadoras, disseminadoras de doenças sexualmente transmissíveis, e que sofrem exclusão social de diversas formas (BEZERRA, 2009, p. 32-33).

Nesse contexto, de acordo com Olivar (2012), encontramos na história do Brasil diversos movimentos realizados pelas trabalhadoras do sexo. Segundo o autor, eles se iniciaram não com um caráter de apelação aos direitos do grupo, mas generalizado, reivindicando direitos humanos e das mulheres, se opondo a violência policial, que era frequente, e se colocando a favor da saúde e integridade, começando pela troca da denominação Prostitutas pelo termo Trabalhadoras do Sexo. Posteriormente, os movimentos passaram a buscar por especificidades de sua coletividade empenhando-se não somente pelas especificações anteriores, mas também pela criação do Sujeito Prostituta que iria além dos direitos das trabalhadoras sexuais, sendo uma forma de identidade, estratégia política e luta contra a vitimização (OLIVAR, 2012).

Segundo Olivar (2012), as mulheres de programa conseguiram diversos apoios e conquistas, como inclusão do seu trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações, o que podemos destacar como uma grande conquista para o grupo, visto que foi decidido pela Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Network of Sex Workers Projects (NSWP) – a última de traço global – que o foco da dedicação do grupo deveria ser direcionado para a regulamentação trabalhista da prostituição.

Ser transexual

Já em relação à transexualidade, Berenice Bento (2012, p. 18) explica que uma identidade marcada pelo conflito com as normas impostas aos gêneros. Mas pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM – V, essa pessoa possui um transtorno de identidade sexual, afirmando que ela é absolutamente incapaz de tomar suas próprias decisões devido as suas perturbações mentais. Assim, Bento (2012), traz a noção negativa da visão do transexual como doente:

Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a Fonte explicativa para os seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária [...] é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo (2012, p. 16).

Esse conceito foi modificado na 11ª edição do CID, passando a ser considerada uma “incongruência de gênero”, enquanto sai da categoria de Transtorno de Identidade Sexual e Transexualismo e vai para a categoria de Saúde Sexual (SOLL, 2016, p. 17-18). Porém, a ideia de incongruência, é levada a refletir sobre a ideia de normalidade, uma vez que segundo o dicionário Aurélio (2002), a palavra significa inconveniência, incoerência.

A perspectiva mencionada, de acordo com Sampaio e Coelho (2013), é uma das culpadas pela existência de todo o estigma e a discriminação por essa população, por isso há campanhas que apoiam a despatologização das identidades trans. Apesar de parecer algo impossível de alcançar, basta lembrar da 9ª edição do CID, onde a homossexualidade era vista como patologia (LAURENTI, 1984).

Assim, quando se fala sobre transexualidade é imprescindível falar sobre as mudanças corporais e de nome que ajudam no reconhecimento social (SAMPAIO E COELHO, 2013). Essas alterações corporais podem ser cirúrgicas, hormonais ou por alterações mais fáceis, como vestimentas e corte de cabelo, como ocorre entre as pessoas que transitam entre os gêneros (BENTO, 2012). Sobre a cirurgia de redesignação sexual, é importante ressaltar que, para os transexuais, vai além da alteração anatômica, pois essa necessidade surge devido a aspectos como a exclusão diante da sociedade de um indivíduo que está exposto a um constante sofrimento causado por uma perda da sua identidade, muitas vezes desde a infância, além de uma inibição de direitos humanos (GALLI et al, 2013).

Em relação ao nome, a pessoa trans precisa solicitar a mudança de documentos, muitas vezes passar por equipes médicas e jurídicas, além de diagnósticos para ter certeza de que se passa de um “transexual de verdade”, se a disforia/incongruência de gênero é real e até por uma Comissão de Reconhecimento de Gênero. No Brasil, pode demorar anos para que seja obtida uma autorização judicial e isso interfere nos direitos à cidadania, pois ao apresentar os documentos, é esperado que estes correspondam com a aparência do indivíduo. Além disso, a questão não é apenas acerca de um nome, é sobre se identificar de uma forma e querer ser aceito e reconhecido pela sociedade de tal maneira, além de proteger sua intimidade e expressar sua personalidade (BENTO, 2012; MORAES, 2010).

Já em relação às mudanças corporais, desde 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) realiza gratuitamente cirurgias de redesignação sexual, mastectomia, plástica mamária reconstrutiva e cirurgia de tireoplastia. (MARILAC, 2019, p. 75). Mas a autora explica que para ter acesso ao procedimento cirúrgico, é necessário fazer terapia por 2 anos e assim, entrar numa lista de espera que pode demorar décadas. Muitas travestis acham que não tem esse tempo a esperar e recorrem a procedimentos estéticos mais invasivos e menos seguros, como a injeção de silicone industrial, já que dependem que seus corpos sejam “femininos” para trabalhar, na maioria das vezes.

Gênero, feminilidade e discriminação

A distinção alegada pela sociedade entre o sexo masculino e feminino influenciou todo o contexto histórico da mulher, visto que a inserção social do sexo feminino era comumente restrita à família, ou seja, essas restrições a qual era submetida é atribuída ao conceito de feminilidade (ALMEIDA, 2012). Logo, o sexo feminino foi vinculado a ideia de objeto sexual, desde os primórdios, pois se não estava no ambiente familiar, provavelmente estaria vinculado à prostituição para suprimir os desejos sexuais masculinos, efeito de uma exploração (FIGUEIREDO; PEIXOTO, 2010). De acordo com Almeida (2012, p. 30), “as virtudes próprias da feminilidade pautavam-se no recato, na docilidade, na afetividade mais desenvolvida, na receptividade passiva em relação aos desejos e necessidade dos homens e, mais tarde, dos filhos”.

Então, alguns aspectos que tangem a feminilidade são reproduzidos pelas mulheres trans, pela tentativa de livrar-se das convenções impostas ao seu sexo biológico. Segundo Longaray e Ribeiro (2016), dentro dessa subjetivação própria do indivíduo, ele passa a se conhecer e constituir-se como um sujeito de uma sexualidade. É nesse processo de enxergar a

si mesmo que a escolha por mudança em seu corpo é seguida pela ingestão de hormônios e processos cirúrgicos, assim desafiando a pessoa a combater todo esse procedimento, tanto fisicamente quanto psicologicamente.

No entanto, além de passarem por essas situações, há também o preconceito que assombra e assola a vida de muitas transexuais, pela falta de informação e entendimento sobre o assunto (MOURA; LOPES, 2014). Assim sendo, segundo Moura e Lopes (2014), a participação da mulher transexual no mercado de trabalho encontra obstáculos para inserção por conta de padrões pautados como aceitáveis na sociedade, mesmo na realização de atividades tidas como femininas, acaba sendo alvo de discriminação, já que parte da sociedade não considera transexual como ser mulher. Por conseguinte, muitas vão para o comércio da prostituição para tentar ter uma renda passível de sobrevivência, já que, estatisticamente, muitas são de nível socioeconômico baixo (FIGUEIREDO; PEIXOTO, 2010).

Logo, além da constatação errônea feita pela sociedade de que ser travesti é motivo de marginalização e preconceito, ainda existe a questão de ter que se adequar a todo o procedimento de estética do feminino que a sociedade criou para conseguir o trabalho na prostituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os princípios fundamentais descritos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, está estabelecido que é dever do psicólogo trabalhar promovendo a dignidade, liberdade, igualdade, integridade e respeito ao ser humano como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 9). Dessa forma, sabendo-se que, como explicitado anteriormente, a travesti que trabalha na prostituição sofre com diversas formas de violência, o psicólogo, por consequência, não pode ser omissos nesse campo.

Segundo a pesquisa qualitativa, realizada por Sampaio e Coelho (2012), com dois homens e duas mulheres transexuais com faixa etária entre trinta e quarenta anos, foi constatado que o psicólogo tem bastante a contribuir para com a população transexual, já que o pré e pós-operatório da cirurgia de redesignação sexual ou de outras vivências geram um sofrimento psíquico e pelas dificuldades que esse grupo sofre devido a sociedade e sua

condição. Assim, como todos os outros sujeitos, demandam uma promoção da saúde e da qualidade de vida, que podem ser fornecidos também (e principalmente) pelo profissional da psicologia.

Além disso, visto a falta de informação dos brasileiros sobre a temática, a disseminação de informação e a contribuição para própria Psicologia como campo científico do conhecimento é dever regulamentado pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo. Assim, como o contínuo aprimoramento profissional, que pode ser feito, por exemplo, através da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, UNA SUS. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005; UNASUS, 2019). Entretanto, é difícil achar bibliografia atual sobre a temática especificamente na área da Psicologia, sendo necessário recorrer a textos mais antigos e de outras ciências como a Antropologia.

Assim, o psicólogo deve estar a par das políticas do SUS, propostas pelo Ministério da Saúde, como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT e a PNH ou HumanizaSus. Esta última, entende que a saúde deve ser humanizada, valorizando os diferentes sujeitos (usuários, trabalhadores e gestores) nesse processo. Desse modo, o psicólogo não só precisa respeitar grupos minorizados, mas lutar com eles por seus direitos de acordo com os preceitos que regem seu código (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Outra questão que surgiu durante a escrita do trabalho foi se o Sistema Único de Saúde está preparado para lidar com populações marginalizadas, como as prostitutas, que segundo Olivar (2012) são mulheres que estão expostas a diversas DST's, drogas, violência e opressão. E, sanando esta dúvida, o SUS oferece testes rápidos para verificação de doenças como sífilis e HIV, distribuição de lubrificantes e preservativos. (DEPARTAMENTO DE DOENÇAS DE CONDIÇÕES CRÔNICAS E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, 2019).

Em relação ao departamento brasileiro de HIV/AIDS, os resultados são reconhecidos internacionalmente, uma vez que o percentual de vírus resistentes no país se mantém igual ou menor que nos países desenvolvidos (GRECO, 2016, p.5). Infelizmente, o atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, junto com os ministros da saúde e da economia, respectivamente, Luiz Henrique Mandetta e Paulo Guedes, derrubaram este setor, fazendo com ele perca a sua liberdade para a criação de políticas, uma vez que o rebaixaram a uma coordenação. (ESTADÃO NOTÍCIAS, 2019). Para a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

(ABIA), a atual presidência “ameaça a política de resposta à epidemia do HIV e da AIDS no país”.

Dessa forma, é imprescindível que o psicólogo, como profissional da saúde, lute contra o desmonte da saúde pública, colocando-se ao lado daqueles que estão às margens da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estando consciente de alguns problemas vivenciados pela travesti que trabalha com a prostituição, exposto anteriormente, é preciso entender que independente do contexto patologizante, é dever do Estado se colocar a serviço da população. Portanto, o SUS deve respeitar seus princípios de equidade, universalidade e integralidade, cuidando integralmente de todos e desigualmente, os desiguais.

É necessário que o Estado entenda questões relacionadas à sexualidade para além da distribuição de preservativos, lubrificantes e testes rápidos. Ela deve ser discutida na educação básica, não só no viés reprodutor heteronormativo, mas também questões de orientação sexual, gênero, cuidado para com o seu corpo e o do outro. Além disso, para a saúde pública sair desse quadro de testes-prevenção, é imprescindível que haja acompanhamento psicológico contínuo e de qualidade para grupos como as trabalhadoras do sexo, não necessariamente individual, mas grupos terapêuticos, por exemplo.

De fato perde-se muito tempo com atendimentos individuais, a demanda é grande para a quantidade de profissionais, de forma que o grupal é mais eficaz. Além disso, as mulheres transexuais e prostitutas podem se sentir com “mais voz” no ambiente grupal, por estarem juntas, sendo positivo tanto para os profissionais da saúde quanto para as pacientes.

Ademais, como visto nos resultados e discussões, a política de humanização do SUS garante que ações e atitudes humanizadoras façam parte das práticas de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007). Por isso, cabe ao psicólogo, como profissional da saúde, agir assim, e ainda respeitando seu código de ética, de forma a se atualizar constantemente, independente da sua área de atuação e abordagem, além de servir como meio de comunicação, levantando discussões, sendo um canal de mediação para abertura de diálogos, ampliando o conhecimento da população.

Portanto, ainda que a conjuntura política atual dificulte a produção científica no Brasil, através do contingenciamento na educação, é de suma importância que continuem existindo pesquisas e estudos relacionados à esferas marginalizadas da sociedade, abrindo margem para o surgimento de políticas públicas que as assistenciem e as acolham.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. M. Feminilidade: caminho de subjetivação. **Estud. psicanal.** Belo Horizonte, n. 38, p. 29-44, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372012000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 abr. 2019.

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. Para ABIA, governo Bolsonaro propõe medidas que ameaçam a política de resposta à epidemia do HIV e da AIDS no país, 2019. Disponível em: <http://abi aids.org.br/para-abia-governo-bolsonaro-propoe-medidas-que-ameacam-a-politica-de-resposta-a-epidemia-do-hiv-e-da-aids-no-pais/32710>. Acesso em: 04 jul 2019.

AURELIO, O minidicionário da língua portuguesa. 4ª Edição Revista e Ampliada do minidicionário Aurélio. 7ª impressão - Rio de Janeiro, 2002.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BEZERRA, D. **Prostitutas entendidas**: o que entender? Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PPGCS/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/13556/1/DanieliMB.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2019.

BORBULHAM, F.; GUIMARÃES, R. M. e BRUNS, M. A. T. Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação das prostitutas com seus clientes. **Psicol. estud.** vol.17 no.4 Maringá out./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000400013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia-1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

DEPARTAMENTO DE DOENÇAS DE CONDIÇÕES CRÔNICAS E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/testagem>. Acesso em: 05 ago. 2019.

DIAS, M. B.; ZENEVICH, L. Um histórico da patologização da transexualidade e uma conclusão evidente: a diversidade é saudável. **Gênero & Direito**, Paraíba, n. 2, p. 11-23, jan. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>. Acesso em: 13 abr. 2019.

ESTADÃO CONTEÚDO. Modelo no mundo, departamento de combate ao HIV do Brasil perde status. Exame, 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/modelo-no-mundo-departamento-de-combate-ao-hiv-do-brasil-perde-status/>. Acesso em: 04 jul 2019.

FIGUEIREDO, R.; PEIXOTO, M. Profissionais do sexo e vulnerabilidade. São Paulo: **BIS, Boletim do Instituto de Saúde**. v.12, n.2, ago. 2010.

FREITAS, M. A. O cotidiano afetivo-sexual no brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje. **Revista Ponta de Lança**. São Paulo, v.5, n.9, p. 64-66, 2011. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/1577>. Acesso em: 14 mai. 2019.

GALLI, R. A. et al. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.29, n.4, p. 447-457, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n4/v29n4a11.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

GRECO, D. B. Trinta anos de enfrentamento à epidemia da Aids no Brasil, 1985-2015. *Ciência & Saúde Coletiva*, Minas Gerais, v. 21, ed. 5, p. 5, 2016.

JESUS, J. G. Orientações sobre identidade de gênero: **conceitos e termos**. Brasília: Publicação online, p. 9, abr. 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos> Acesso em: 02 ago. 2019.



LAURENTI, R. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, v.18, n.5, 1984.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, dez. 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p761>. Acesso em 18 abr. 2019.

MARILAC, L.; QUEIROZ, N. Eu, travesti. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, p. 18-19 e p.75, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Brasília: [Ministério da Saúde], 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Saúde. *Documento Base*. 4ª ed. Brasília: Ministério da Saúde (MS); 2007.

MORAES, M. C. A tutela do nome da pessoa humana. In MORAES, Maria Celina Bodin de. Na medida da pessoa humana: *estudos de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

MOURA, R. G.; LOPES, P.L. O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: *uma Revisão Bibliográfica*. SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos2014.php?pag=186>. Acesso em: 18 abr. 2019.

OLIVAR, J. M. N. Sexualidad, Salud y Sociedad. **Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 11, p.88-121, ago. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293323029005>. Acesso em: 31 mar. 2019.

Organização Mundial da Saúde. CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 10, v. 2, 1997.



PORNHUB. Pornhub Insights. 13 Set 2017. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/transgender-searches>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. A. D. A transexualidade na atualidade: *discurso científico, político e histórias de vida*. In: III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15770/1/A%20TRANSEXUALIDADE%20NA%20ATUALIDADE.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. A. D. Transexualidade: *aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde*. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 16, n. 42, p. 637-649, 2012. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/icse/v16n42/v16n42a05.pdf. Acesso em: 02 maio 2019.

SOLL, B. M. B. Incongruência de Gênero: *um estudo comparativo entre os critérios diagnósticos CID-10, CID-11 e DSM-5*. Dissertação - Programa de pós-graduação em ciências médicas, Porto Alegre, p. 17-18, 2016.

TRANSGENDER EUROPE. TDoR 2016 Press Release. 09 nov. 2016. Disponível em: <https://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>. Acesso em: 03 ago. 2019.

UNASUS. A UNA-SUS. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/>. Último acesso em 17 Jun 2019.